

**RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA
JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXERCÍCIO DE 2008**

I. GESTÃO JURISDICIONAL

1.1 INTRODUÇÃO

Trata o presente relatório da prestação de contas da unidade gestora 090025, Justiça Federal de Primeira Instância – Seção Judiciária de Rondônia, contendo as atividades executadas durante o exercício de 2008. Foi elaborado em atendimento ao art. 56 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

1.2 ÁREA DE ATUAÇÃO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Justiça Federal é competente para julgar, entre outras, as causas em que a União, autarquias e empresas públicas federais sejam interessadas, excetuando-se as questões relativas a falências, acidentes de trabalho e aquelas sujeitas às competências da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho.

A Justiça Federal está organizada em 5 Regiões. A 1ª Região, da qual a Seção Judiciária de Rondônia faz parte, é composta pelo Tribunal Regional Federal – TRF-1ª Região, com sede em Brasília-DF, e pelas Seções Judiciárias situadas em 14 unidades da federação (Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins), com jurisdição em mais de 70% do território nacional.

No TRF-1ª Região, a função jurisdicional é exercida pelos Desembargadores Federais nos órgãos julgadores compostos de Plenário e quatro Seções, estas subdivididas em oito Turmas. Funciona, ainda, no TRF 1ª Região, a Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência nas Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, composta por 13 presidentes das Turmas Recursais e presidida pelo Coordenador dos JEFs.

Na Justiça Federal de 1º Grau, as atividades judicantes são exercidas pelos Juízes Federais e Juízes Federais Substitutos, nas Varas Federais, nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais.

A jurisdição da Justiça Federal em Rondônia está dividida entre a Seção Judiciária, com sede em Porto Velho, capital, e a Subseção Judiciária com sede em Ji-Paraná. Porto Velho conta com 3 varas de competência plena e 1 Vara do Juizado Especial Federal. A Subseção Judiciária de Ji-Paraná possui somente uma vara federal, de competência plena para processar e julgar ações cíveis em geral (inclusive as de natureza previdenciária e de execução fiscal) e as de natureza criminal. O Juizado Especial Federal funciona como adjunto.

Dessa forma, a Seção Judiciária de Rondônia apresenta a estrutura de órgãos julgadores identificada no Quadro 1.

Quadro 1 – Composição da Justiça Federal da 1ª Região Seção Judiciária de Rondônia							
ESPECIALIZAÇÕES	VARAS FEDERAIS	TIPOS DE JEFs					TURMAS RECURSAIS
		VARA JEF	ADJUNTO	AUTÔNOMO	DESTACADO	VIRTUAL	
CÍVEIS	-	-	-	-	-	-	-
CRIMINAIS	-	-	-	-	-	-	-
CÍVEIS CRIMINAIS E	-	1	-	-	-	1	1
COMPETÊNCIA GERAL	4	-	1	-	-	-	-
TOTAL	4	1	1	-	-	1	1
TOTAL DE VARAS	5						

O Juizado Especial Federal Adjunto, da Subseção Judiciária de Ji-Paraná, começou a funcionar a partir de 1º de abril de 2008, conforme autorizado pela Portaria/PRESI 600-37, de 26.02.2008. Sua competência é plena – cível e criminal. Até então a Seccional de Rondônia só tinha o Juizado Especial Federal da capital. O funcionamento do Juizado Especial Federal na cidade de Ji-Paraná, que fica a 384 km da capital, facilita o acesso à Justiça das pessoas que residem naquela região.

A importância da instalação desse Juizado Especial Federal, para os jurisdicionados, se evidencia quando se tem em conta que a jurisdição da Vara Federal de Ji-Paraná abrange 46,69% do território e 47,39% da população estadual. Veja o Quadro 2.

Quadro 2 : Jurisdição da Sede da Seção Judiciária de Rondônia e da Subseção Judiciária de Ji-Paraná				
Localização		Municípios	Área total (Km²)	População
Seção	Porto Velho	19	126.194	785.702
Subseção	Ji-Paraná	33	111.372	707.864
TOTAIS		52	237.566	1.493.566

1. Jurisdição conforme Resolução nº 600-17, de 28.06.2005 do TRF da 1ª Região.

2. População conforme estimativa do IBGE para 1º de julho de 2008 (Lei nº 8443).

1.3 AÇÕES

Neste tópico são apresentadas algumas ações relevantes realizadas no decorrer do exercício de 2008, na Seção Judiciária de Rondônia.

1.3.1. Projetos Conciliação

A Seção Judiciária de Rondônia participou dos Projetos de Conciliação na Justiça Federal da Primeira Região.

Na **Semana Nacional da Conciliação 2008**, que aconteceu de 1º a 3 de dezembro, foram realizadas 14 audiências, atingindo o percentual de 85,71% de acordos, ou seja, 12 acordos. No Juizado Especial Federal – JEF foram realizadas audiências em processos de danos morais, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e caderneta de poupança. Na 2ª Vara foram realizadas audiências envolvendo ações relativas ao Sistema Financeiro de Habitação e benefícios previdenciários.

No **Projeto de Conciliação Sistema Financeiro de Habitação – SFH – 2ª Instância**, em que os processos são remetidos às varas de origem para realização de audiências de conciliação, a Seccional recebeu 13 feitos para fins de conciliação e realizou 13 audiências sem, contudo, obter acordos.

No **Projeto de Conciliação do Juizado Especial Federal – JEF**, que tem como propósito a realização de acordos para a redução do número de processos em tramitação a partir da triagem dos feitos e de audiências de conciliação, foram realizados 144 acordos.

1.3.2. Eventos

A Seção Judiciária de Rondônia comemorou seus 25 anos de instalação realizando, nos dias 11 e 12 de novembro, o Primeiro Seminário de Estudos Jurídicos da Amazônia Ocidental – I SEJAO. O Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal – STF, Ilmar Nascimento Galvão, proferiu a palestra inaugural “Breve História da Justiça Federal”. No segundo dia foram proferidas quatro palestras: “Sistema Penitenciário Federal - SPF”, pelo delegado federal Wilson Salles Damázio, diretor do Sistema Penitenciário Federal; “Prisões Federais e Expansionismo Jurídico-Penal”, pelo juiz da 3ª vara federal de Rondônia, Élcio Arruda; “Estudo de Impacto Ambiental nas Áreas de Aproveitamento Hidrelétrico”, pelo juiz federal Marcelo Dolzany da Costa, da 1ª vara do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária de Belo Horizonte/MG; e finalmente “Direito Processual Coletivo” pelo juiz federal Marcelo Eduardo Rossitto Bassetto, da Seção Judiciária do Estado do Acre. Na ocasião foram homenageados dois pioneiros da Justiça Federal no antigo Território Federal de Rondônia: o ministro aposentado do STF, Ilmar Nascimento Galvão, bem como o desembargador federal Eli Goraieb, *in memoriam*, com a presença da viúva, desembargadora federal Silvia Maria Gonçalves Goraieb, presidente do TRF da 4ª Região. Foram parceiros na realização do evento a Caixa Econômica Federal, a Brasil Telecom e a Associação dos Servidores da Justiça Federal em Rondônia – AJUF/RO.

1.3.3. Parcerias efetivadas

A Seção Judiciária manteve o acordo (convênio) com o Município de Ji-Paraná, para cessão gratuita, por aquele ente, de um edifício comercial com área construída de 981,1m² e área total de 2.013m, para funcionamento da Subseção Judiciária de Ji-Paraná. O Termo de Convênio N. 1/2005 foi assinado em 15.06.2005, com vigência até 16.06.2007 e previsão da possibilidade de prorrogação, até 60 meses. A vigência atual vai até 14.06.2009.

Foi firmado o Convênio de Cooperação Técnica com o Serviço Social da Indústria - SESI, para participação no Programa Cozinha Brasil – Alimentação Inteligente. Através do acordo foi oferecido, na sede da Seccional, de 29/10 a 31/10/2008, um Curso Básico de Educação Alimentar aos participantes da Semana do Servidor. O acordo não envolveu repasse de recursos.

A Seção Judiciária se manteve como parte do Acordo de Cooperação para Capacitação de Servidores, firmado em 2007 entre os órgãos judiciários que atuam em Rondônia. O objetivo do acordo é estabelecer cooperação de custos, materiais e infraestrutura, bem como compartilhar a programação e a execução das atividades de capacitação.

Foram mantidos acordos com 7 instituições de ensino superior de Porto Velho para a concessão de estágio aos acadêmicos daquelas entidades, dos cursos de Direito e Ciências Contábeis.

1.3.4 Gestão de Pessoas

Com o escopo de proporcionar às pessoas que atuam no âmbito interno da Seccional um ambiente saudável, melhorando a integração social e o convívio e, com isso, favorecendo o desempenho profissional e o crescimento pessoal, foram realizadas diversas atividades de caráter cultural, recreativo, artístico, educativo. Algumas datas temáticas foram comemoradas: Dia da Mulher, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia do Servidor e Natal. Foram realizados eventos denominados “Sexta Cultural”, que deram espaço a palestras, vídeos educativos, músicas, danças, artes plásticas, artes cênicas, literatura. Também foram prestadas homenagens a servidores por tempo de serviço, como ação de reconhecimento institucional. Para realizar esses eventos a Seccional contou, em diversas vezes, com a participação da equipe do Cerimonial e com as parcerias do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho – PGQVT, da Associação dos Servidores da Justiça Federal – AJUF e da Caixa Econômica Federal.

1.3.5 Serviço Voluntário

Foi mantido o Serviço Voluntário instituído pela Portaria n. 129/2005, com fundamento nas leis 9.608/98 e 8.112/90. A medida tem o propósito de agilizar os serviços forenses e administrativos e ao mesmo tempo proporcionar aos voluntários a oportunidade de adquirir prática dos serviços pertinentes à respectiva formação profissional. O Serviço Voluntário foi concebido nos moldes do programa de estágio, sendo aberto apenas aos graduandos em Direito, Administração, Ciências Contábeis, Assistência Social, Enfermagem, Jornalismo e Processamento de Dados.

II. OBJETIVOS E METAS

Neste capítulo são apresentados os objetivos e as metas consignadas nas peças orçamentárias da Justiça Federal da Primeira Região, no exercício de 2008.

A Lei n. 11.647, de 24 de março de 2008, aprovou o Orçamento Geral da União – OGU, para o exercício de 2008, estimando a receita e fixando a despesa. Coube à Seção Judiciária de Rondônia a importância de R\$ 33.113.989,28, distribuídos nos programas relacionados nos quadros seguintes:

Quadro 3 – Dotação por Programa				
PROGRAMA		Dotação Autorizada	Provisão Recebida	TOTAL
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	2.526.349,29	2.526.349,29	2.526.349,29
0569	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	30.587.639,99	30.587.639,99	30.587.639,99
TOTAL		33.113.989,28	33.113.989,28	33.113.989,28

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro 4 - Dotação por Unidade Orçamentária	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO AUTORIZADA (R\$)
12101 – Justiça Federal de 1º Grau	33.113.989,28
12102 – Tribunal Regional Federal da 1ª Região	-
TOTAL	33.113.989,28

Fonte: SIAFI Gerencial

III. INDICADORES DE GESTÃO

Apresentam-se neste tópico alguns indicadores de gestão utilizados no monitoramento do desempenho da Justiça Federal – Seção Judiciária de Rondônia, em 2008.

a) Movimentação Processual

Este indicador demonstra o quantitativo e a situação de processos que tramitam na Justiça Federal – Seção Judiciária de Rondônia.

As classes mais representativas do indicador da movimentação processual na Justiça Federal são os processos distribuídos, os processos julgados, e os processos em tramitação.

O quadro seguinte apresenta a movimentação processual, no exercício de 2008.

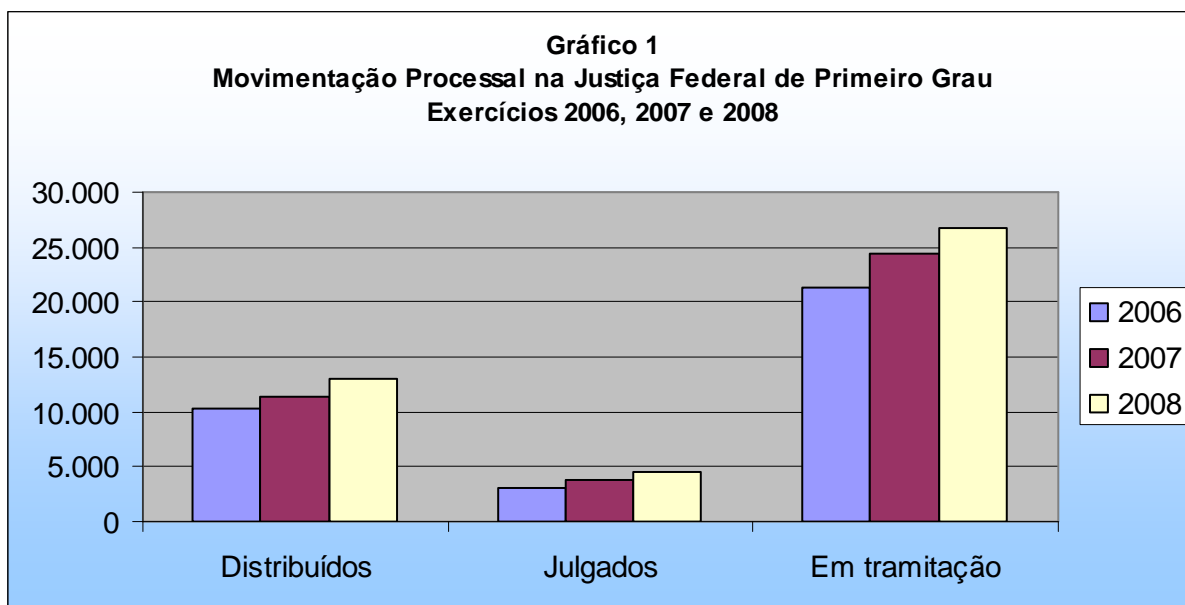
Quadro 5 - Demonstrativo de Movimentação Processual			
Unidades	Distribuídos	Julgados	Em Tramitação
Varas Federais de competência genérica	12.962	4.432	26.712
4ª Vara - Juizado Especial Federal	9.258	12.189	22.204
Turma Recursal	5.022	5.861	2.815
TOTAL	27.242	22.482	51.731

Fonte: Sistema Processual e Secretarias de Turmas, Seções e Turmas Suplementares

Já os quadros e gráficos seguintes apresentam os processos distribuídos, julgados e em tramitação, nos últimos três anos. Primeiramente é demonstrada a movimentação da Justiça Federal de Primeiro Grau e, depois, a movimentação dos Juizados Especiais Federais.

Quadro 6			
Movimentação Processual na Justiça Federal de Primeiro Grau			
Exercícios de 2006, 2007 e 2008			
Processos	2006	2007	2008
Distribuídos	10.277	11.318	12.962
Julgados	3.118	3.848	4.432
Em tramitação	21.385	24.338	26.712

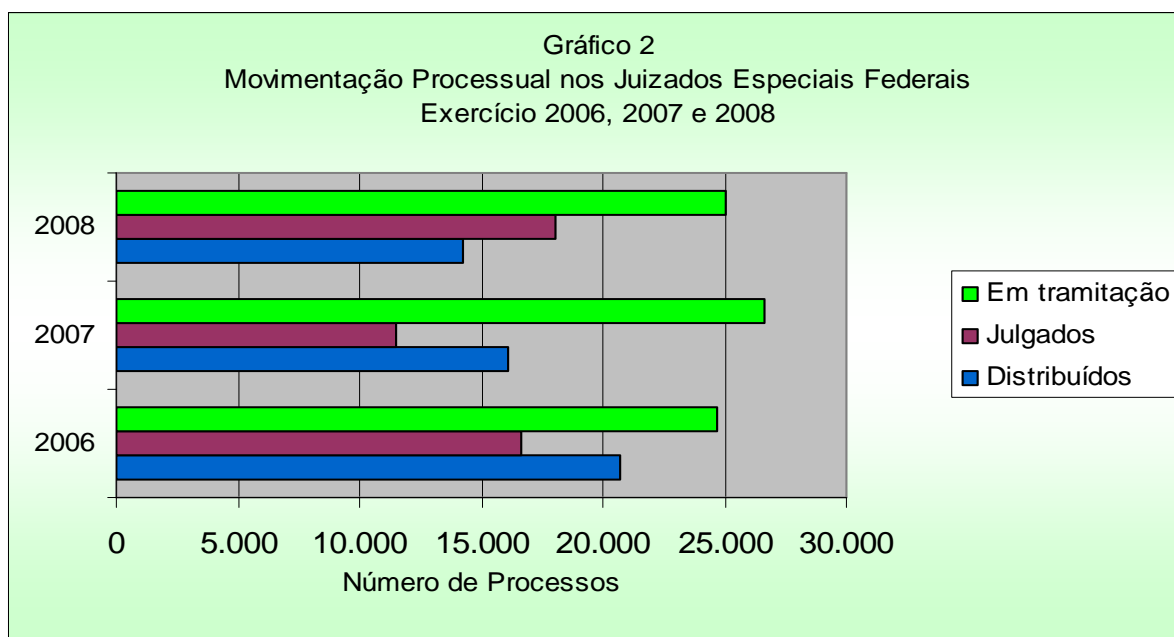
Fonte: Sistema Processual.



Quadro 7 - Movimentação Processual nos Juizados Especiais Federais¹
Exercícios de 2006, 2007 e 2008

Processos	2006	2007	2008
Distribuídos	20.726	16.068	14.280
Julgados	16.616	11.517	18.050
Em tramitação	24.727	26.646	25.019

Fonte: Sistema Processual.
¹ Incluindo a Turma Recursal



No âmbito da Seção Judiciária de Rondônia, em 31/12/2008, havia 51.731 processos em tramitação, sendo 26.712 nas varas comuns, 22.204 no Juizado Especial Federal e 2.815 na Turma Recursal.

Na movimentação processual da Justiça Federal de Primeiro Grau, observa-se que a procura pela tutela jurisdicional continua crescendo ano a ano, como conseqüência do aumento da demanda existente na sociedade. Frente a esse quadro, magistrados e servidores da Seção Judiciária se desdobraram buscando atender ao anseio da comunidade e, felizmente, conseguiram dar uma resposta satisfatória à sociedade, elevando ainda mais o quantitativo de processos julgados em relação aos anos anteriores. Portanto, o aumento do número de processos em tramitação se deve exclusivamente ao crescimento da demanda, traduzida no quantitativo de processos distribuídos.

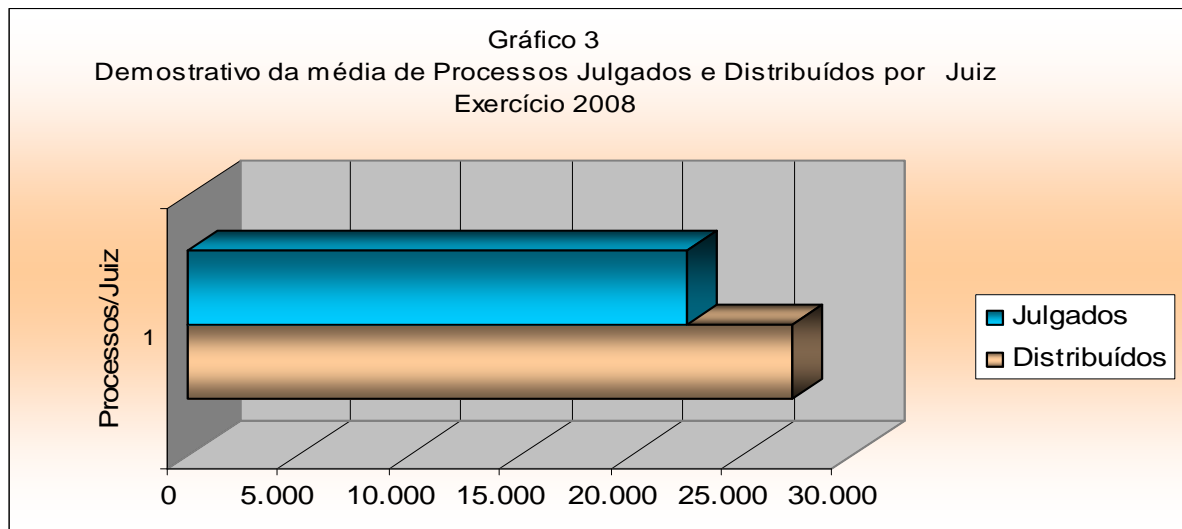
Já em relação à movimentação nos Juizados Especiais Federais, observa-se uma leve redução na procura por esses serviços, tendendo para uma estabilidade. Não obstante, magistrados e servidores não mediram esforços e conseguiram apresentar um aumento relevante no quantitativo de processos julgados em 2008, levando à diminuição do números de processos em tramitação no fechamento do exercício.

b) Média de Processos Julgados e Distribuídos por Juiz

Este indicador apresenta a relação entre o número de processos julgados e distribuídos com o número de magistrados existentes na Seccional, em 2008.

Quadro 8			
Demonstrativo da Média de Processos Julgados e Distribuídos por Juiz			
Exercício de 2008			
Processos	Total	Número de Juizes	Processos/Juiz
Distribuídos	27.242	05	5.448
Julgados	22.482		4.496

Fonte: Sistema Processual e Secretarias de Turmas, Seções e Turmas Suplementares.



Em 2008, a Seção Judiciária contou com 5 magistrados, o que significa uma redução de 20% (vinte por cento) em relação ao ano anterior, enquanto se manteve o número de processos distribuídos. Nesse cenário, verifica-se que a média de processos distribuídos por Juiz elevou-se significativamente.

Apesar de a quantidade de processos distribuídos ser bem superior à quantidade de processos julgados, a média de processos julgados por magistrado, no exercício findo, teve um grande aumento. Cada magistrado julgou, em média, 4.496 processos, o que é uma excelente produtividade.

c) Taxa da execução da despesa em relação ao orçamento disponibilizado

Esse indicador demonstra a participação do total da despesa realizada no orçamento à disposição da Unidade Gestora.

Para tanto, utiliza-se a seguinte fórmula:

$$N = \frac{DET}{DD} \times 100$$

Onde:

DET = despesa executada total da Unidade Gestora, Justiça Federal – Seção Judiciária de Rondônia, excluídos Precatórios e RPV + empenhos a liquidar;

DD = valor total da dotação orçamentária autorizada – valor total da dotação indisponibilizada.

Assim, considerando que a despesa executada total da Unidade Gestora foi R\$ 33.072.891,62 e o valor total da dotação orçamentária autorizada foi de R\$ 33.113.989,28, temos:

$$N = \frac{33.072.891,62 \times 100}{33.113.989,28}$$

Portanto,

$$N = \underline{99,88}$$

Ou seja, a Unidade Gestora executou 99,88% do total da dotação orçamentária autorizada, no exercício de 2008.

d) Composição da despesa total da Unidade Gestora por grupo de despesa

Esse indicador demonstra a composição da despesa total executada pela Unidade Gestora em relação aos grupos de despesas Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos, no exercício de 2008.

Para tanto, utiliza-se a seguinte fórmula:

$$D_n = \frac{DGD_n}{DET} \times 100$$

Onde:

DGD_n = despesa executada total do grupo de despesa sob análise;

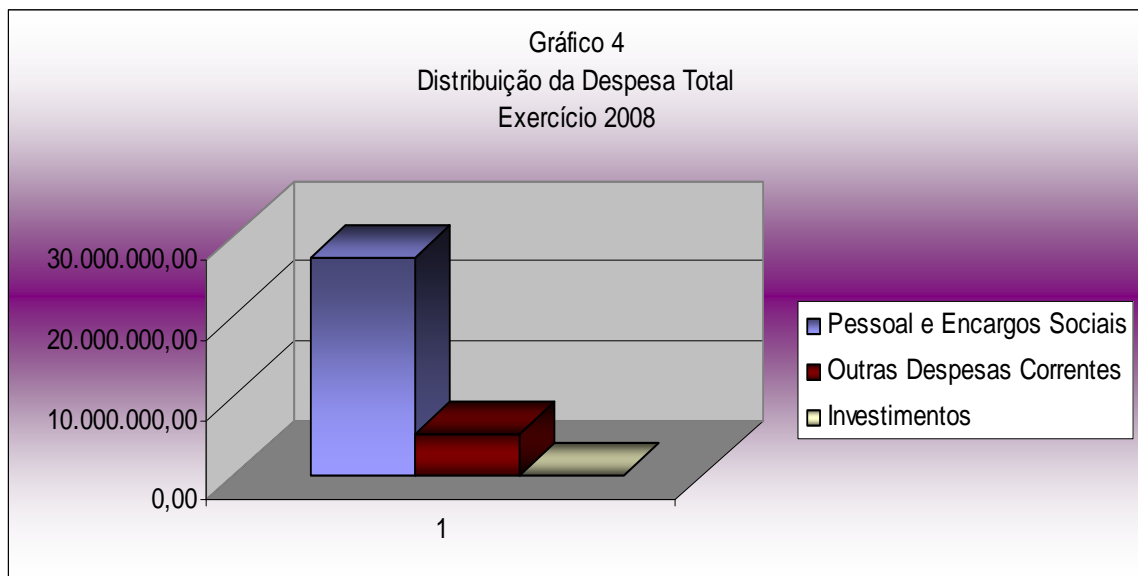
DET = despesa executada total da Unidade Gestora.

No grupo Pessoal e Encargos Sociais foi executado R\$ 27.454.388,38. Assim, da despesa total executada em 2008, 83,01% se refere ao grupo Pessoal e Encargos Sociais.

No grupo Outras Despesas Correntes foi executado R\$ 5.379.510,36. Assim, da despesa total executada em 2008, 16,27% se refere ao grupo Outras Despesas Correntes.

No grupo Investimentos foi executado R\$ 238.992,88. Ou seja, da despesa total executada em 2008, 0,72% se refere ao grupo Investimentos.

O gráfico seguinte demonstra a distribuição das despesas, no exercício de 2008, nos grupos: Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos.



Fonte: Siafi Gerencial

Verifica-se que a despesa com pessoal tem o maior peso na composição da despesa da Seccional, seguida de longe pela despesa com Outras Despesas Correntes. A despesa com investimentos foi irrisória.

e) Despesa da Unidade Gestora por habitante

Esse indicador visa a aferir o montante da despesa executada pela Justiça Federal – Seção Judiciária de Rondônia em relação ao número de habitantes do Estado, no exercício de 2008.

Para tanto, utiliza-se a seguinte fórmula:

$$G = \frac{DJF}{h}$$

Onde:

DJF = despesa executada total da Seção Judiciária, excluídos Precatórios e RPV;

h = quantitativo de habitantes do Estado, conforme estimativa divulgada pelo IBGE.

Assim, considerando que a despesa executada total foi R\$ 33.072.891,62 e a população do Estado de Rondônia foi estimada para 1º de julho de 2008 em 1.493.566 habitantes¹, temos:

$$G = \frac{33.072.891,62}{1.493.566}$$

Portanto,

$$G = \underline{22,14}$$

1. Estimativa do IBGE, conforme art. 102 da Lei nº 8443, de 16/07/1992.

Encontrada em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2008/default.shtm>

Ou seja, a União gastou com a Justiça Federal, no Estado de Rondônia, a importância anual de R\$ 22,14 (vinte e dois reais e quatorze centavos) por habitante. Essa importância é 12,1% superior ao gasto por habitante executado no exercício de 2007.

f) Composição da despesa total licitável por Modalidade de Licitação

Esse indicador demonstra a composição da despesa executada pela Seção Judiciária de Rondônia, nas modalidades de licitação previstas na Lei 8.666/93 e na Lei 10.520/2002 (Lei do Pregão), e, ainda, por dispensa e inexigibilidade de licitação, bem como em outras modalidades de realização de despesa especificadas nos empenhos, no SIAFI.

Para tanto, utiliza-se a seguinte fórmula:

$$D_1 = \frac{DML_n}{DJF_{LIC}} \times 100$$

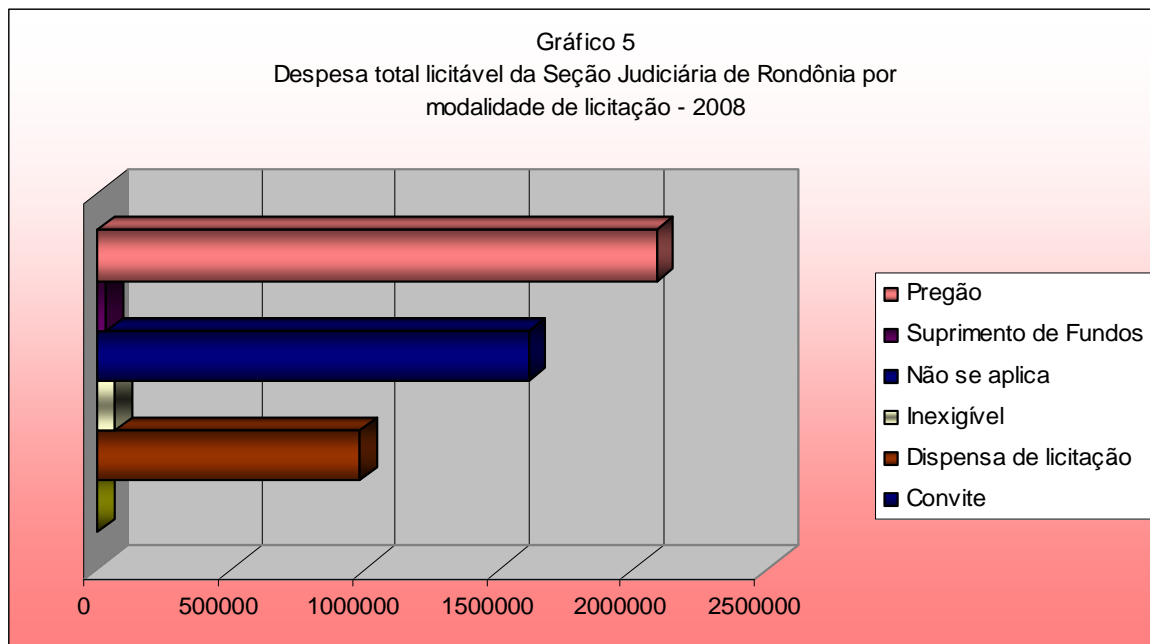
Onde:

DML_n = despesa executada total da Seção Judiciária na modalidade de licitação sob análise;

DJF_{LIC} = despesa licitável executada total da Seção Judiciária.

A modalidade licitatória mais utilizada foi o Pregão, no total de R\$ 2.083.282,73, representando 43,67% da despesa licitável total executada. O Pregão, modalidade mais célere e eficiente, substituiu as modalidades de licitação previstas na Lei n. 8.666/93, na aquisição de bens e serviços. Mesmo assim, empenhou-se R\$ 457,98 na modalidade Convite, que corresponde a menos de 0,01% da despesa licitável total executada. Os empenhos na modalidade de licitação "Não se Aplica", que se referem, em geral, às despesas pagas nas folhas de salários, totalizaram R\$ 1.607.315,05, representando 33,69% da despesa licitável total executada. As dispensas alcançaram o montante de R\$ 978.387,48, o que equivale a 20,51% da despesa licitável total executada. Já as inexigibilidades somaram R\$ 64.001,20, que é apenas 1,34% da despesa licitável total. Os suprimentos de fundos, aos gastos de pequeno vulto e emergenciais que não puderam submeter-se ao procedimento licitatório, totalizaram R\$ 36.965,74, que representa apenas 0,77% da despesa licitável total executada em 2008.

O gráfico seguinte demonstra a distribuição das despesas nas modalidades de licitação utilizadas no exercício de 2008.



Fonte: Siafi Gerencial

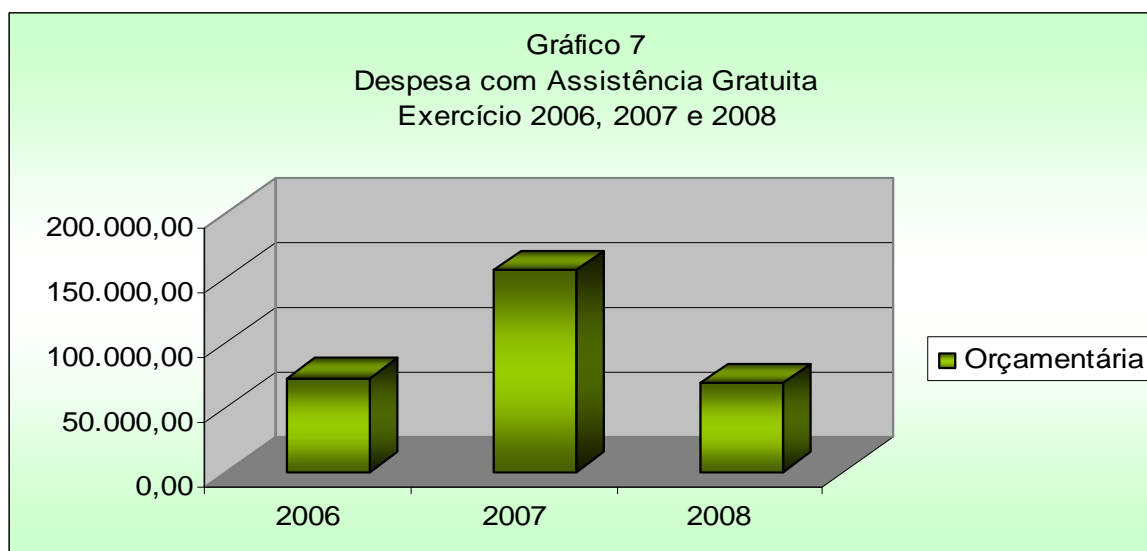
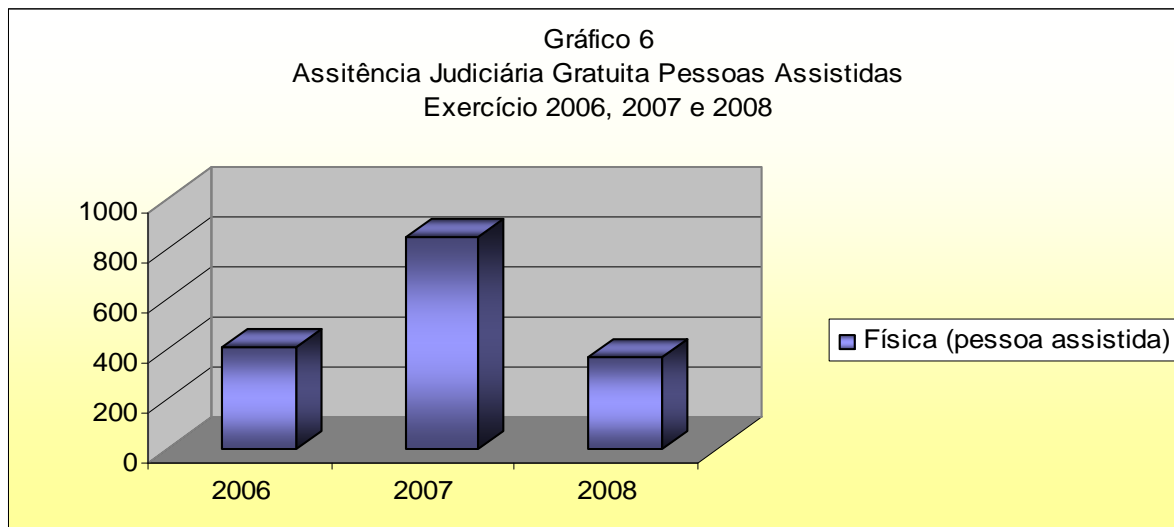
Apesar do elevado percentual de despesa realizada mediante dispensa do procedimento licitatório (20,51%), verifica-se que houve uma queda desse índice em relação ao exercício anterior, que registrou 24,8%, refletindo o esforço da Administração para realizar a licitação sempre que possível.

g) Despesas com Assistência Judiciária gratuita

Este indicador mede a evolução da despesa na Seção Judiciária, nos últimos três exercícios, com o custeio de Assistência Judiciária Gratuita.

O quadro e os gráficos seguintes demonstram a despesa executada e a quantidade de pessoas assistidas, nos últimos três anos.

Quadro 9 – Despesa com Assistência Judiciária Gratuita Exercícios de 2006, 2007 e 2008			
Execução	2006	2007	2008
Física (pessoa assistida)	409	851	366
Orçamentária	72.653,00	155.419,52	68.322,96



Fonte: Siafi Gerencial

Em 2008 a tendência de aumento da demanda pela assistência judiciária gratuita foi revertida, sendo verificada uma queda acentuada. Isso se explica, por um lado, pelo fato de que em 2008, diferentemente do ano anterior, não houve pagamentos dessa despesa com crédito de Restos a Pagar e nem foi realizado o Juizado Especial Federal Itinerante. Ademais, perícias foram realizadas por unidades de saúde do Estado e não houve pagamento referente à competência delegada.

IV. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Apresentam-se, neste tópico, os principais resultados obtidos com as ações estabelecidas na LOA 2008, na seguinte seqüência: 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal (Atividades, Projetos e Operação Especial); 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União (Operação Especial).

A - PROGRAMA: 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

O programa tem como objetivo garantir o exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto nos artigos 108 e 109 da Constituição e na legislação complementar.

A.1 ATIVIDADES DO PROGRAMA 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

No exercício de 2008, o referido programa apresentou a seguinte execução orçamentária e financeira:

R\$ 1,00

AÇÃO: ATIVIDADE	DOTAÇÃO AUTORIZADA		EXECUÇÃO	
	Orçamentária	Física	Financeira	Física
2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados Produto: pessoa atendida UO 12101	519.622,20	575	519.622,20 1.598,00 ¹	589
SUBTOTAL	519.622,20		521.220,20	
2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados Produto: Criança de 0 a 6 anos atendida (unidade) UO 12101	146.826,12	55	146.465,06	55
SUBTOTAL	146.826,12		146.826,12	
2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados Produto: Servidor beneficiado (unidade) UO 12101	1.009.008,00	142	1.009.008,00	142
SUBTOTAL	1.009.008,00		1.009.008,00	

AÇÃO: ATIVIDADE	DOTAÇÃO AUTORIZADA		EXECUÇÃO	
	Orçamentária	Física	Financeira	Física
4091 – Capacitação de Recursos Humanos Produto: servidor treinado (unidade) UO 12101	65.621,88	51	65.621,88 5.669,26 ¹	113
SUBTOTAL	65.621,88		71.291,14	
4224 – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes Produto: pessoas assistidas (unidade) UO 12101	68.322,96	354	68.322,96 35.860,45 ¹	366
SUBTOTAL	68.322,96		104.183,41	
4257 – Julgamento de Causas na Justiça Federal Produto: processo julgado (unidade) UO 12101	24.897.097,74	21.824	24.895.417,34 335.173,83 ¹	22.482
SUBTOTAL	24.897.097,74		25.230.591,17	
T O T A L	26.706.498,90		27.083.120,04	

Nota: 1. Restos a Pagar pagos em 2008.

Apresenta-se, abaixo, o quadro Demonstrativo dos Programas e Ações que tiveram valores inscritos em Restos a Pagar não processados, com os valores inscritos e suas respectivas metas físicas.

Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS EM 2008

R\$ 1.00

AÇÃO: PROJETO/ATIVIDADE	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	Valor Inscrito	Meta Física
2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados	8.545,84	-
2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	3.244,93	-
4091 – Capacitação de Recursos Humanos	13.427,28	-
4224 – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	11.611,74	65
4257 – Julgamento de Causas na Justiça Federal	581.757,72	-
TOTAL	618.587,51	-

A seguir são apresentadas as principais realizações ocorridas em cada uma das atividades integrantes do Programa Prestação Jurisdicional na Justiça Federal:

2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e Dependentes

Em cumprimento ao art. 230 da Lei nº 8.112, de 11.12.1990, com redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.1997, foi alocada dotação destinada a garantir a magistrados, servidores e dependentes, a prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica. Essa atividade é uma vertente importante da ação do órgão, colaborando para a qualidade de vida dos beneficiários e para sua motivação no trabalho.

Em 2008, devido a admissão de novos servidores, a meta prevista, que era de assistir 575 pessoas, foi superada em 2,43%, resultando na assistência a 589 pessoas.

Não foi firmado nenhum contrato administrativo com créditos dessa atividade. Há um contrato com profissional da área odontológica para realização de perícias e atendimentos odontológicos, e outro com profissional da área médica, para realização de perícias médicas, consultas e atendimentos médicos, todos pagos com recursos do programa Julgamento de Causas.

Foram mantidos credenciamentos como o meio mais importante de prestação da assistência, tendo em vista não haver profissionais contratados diretamente pela Seccional. Foram mantidos 14 credenciamentos de pessoas físicas, distribuídos nas modalidades de medicina (perícia médica), paramedicina (psicologia) e odontologia (odontopediatria, endodontia, prótese, periodontia, perícia e cirurgia geral). Também foram mantidos 19 credenciamentos de empresas nas modalidades de medicina (Fonoaudiologia e Psicologia, Análises Clínicas, Radiologia, Oftalmologia, Médico - Hospitalar), paramedicina (psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia) e odontologia (odontopediatria, endodontia, prótese, periodontia, radiologia, clínica geral e cirurgia geral).

2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes

Em cumprimento à Constituição Federal e Lei n. 8.069/90, a atividade proporcionou a assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores, na faixa etária até os seis anos de idade, na forma de pecúnia, possibilitando a colaboração da instituição na tranquilidade do servidor, com influência direta na qualidade do trabalho.

A aplicação dos recursos permitiu assistir 55 dependentes, conforme previsto.

2012 – Auxílio-Alimentação a Servidores e Empregados

Em atendimento ao art. 22 da Lei n. 8.460, de 17.09.1992, com redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.1997, foram aplicados recursos objetivando assegurar o benefício na forma de pecúnia, minimizando os custos dos servidores com alimentação, com reflexos positivos na qualidade de vida e na produtividade.

Em 2008 foram beneficiados 142 servidores com o auxílio-alimentação, conforme previsto.

4091 – Capacitação de Recursos Humanos

A dotação utilizada visou a atender às demandas por qualificação, desenvolvimento e integração dos servidores, mediante ações de capacitação voltadas para a melhoria e eficiência dos serviços públicos. Os créditos foram aplicados em inscrições, diárias e passagens, bem como na contratação de instrutores. Foi utilizada a modalidade presencial, em treinamentos teóricos e práticos.

Foram treinados servidores das áreas jurídica, administrativa e de informática, num total de 113 pessoas, superando em 121,57% a meta prevista, que era treinar 51 servidores. De outra forma, foram obtidas 217 participações. Isso foi possível graças à contratação de instrutor para realização de treinamento e inscrição de elevado número de servidores em eventos locais.

Com recursos da ação foram pagas inscrições e/ou instrutores nos seguintes eventos:

Quadro 10 - Eventos de Capacitação			
CRH – DESPESAS COM INSCRIÇÕES EM EVENTOS			
EVENTO	Entidade Promotora	Participações	Inscrição
Capacitação e Formação de Pregoeiros, SRG, atualiz. da LC 123/06 e Decreto 6.204/07	JF-RO / NP Eventos e Serviços LTDA	2	2.500,00
Palestra o Futuro da Humanidade	JF-RO / Multiplik	19	855,00
Elaboração de Projetos Básicos e Termos de Referência	JF-RO / Consultre	2	761,90
Capacitação de Gestores: Desenvolvimento Gerencial	JF-RO / F Cordeiro Júnior - Casulo Global	54	3.000,00
Meta Competência	JF-RO / F Cordeiro Júnior - casulo Global	(50)	3.000,00 ¹
Capacitação e Aperfeiçoamento de Agente de Segurança	JF-RO / TRE - ACT Multiplik	8	3.680,00
Cerimonial e Protocolo & Mestre de Cerimônia	JF-RO / ACT TJ – Fund. Apoio Desenv. Univ.	6	2.118,18
Administração de Materiais e Patrimônio	JF-RO / Consultre	1	804,00
Licitações e Contratos Sob a Ótica do TCU	JF-RO / Premiun Seminários e Cursos	2	3.040,00

Nota: 1. Valor inscrito em Restos a Pagar

Foram pagas diárias e passagens para participação de servidores nos seguintes treinamentos:

Quadro 11 - Eventos de Capacitação				
CRH – DESPESAS COM DIÁRIAS E PASSAGENS				
EVENTO	Entidade Promotora	Servidores Treinados	Valor Passagem	Valor Diárias
Treinamento Sistema de Assistência Judiciária Gratuita – AJG	CJF / JF-RO	1	885,45	756,76
III Encontro Nacional dos Assessores de Comunicação da Justiça Federal	CJF / JF-RO	1	775,75	756,76
X Encontro de Juizes Federais da ESMAF	ESMAF	1	1.776,27	1.025,00

Treinamento Sobre RPV na 4ª Vara	JF-RO	1	-	254,19
II Treinamento para Bibliotecárias Sobre o sistema Pergamun	TRF	1	915,15	1.080,00
I Seminário Jurídico da Amazônia Ocidental – I SEJAO	JF-RO	4 palestrantes	6.036,90	4.168,14
I Seminário Jurídico da Amazônia Ocidental – I SEJAO	JF-RO	2	397,66	1.712,00
Licitação e Contratos Sob a Ótica do TCU	JF-RO / Premiun Seminários e Cursos LTDA	2	2.147,10	2.183,00
Capacitação e Aperfeiçoamento de Agentes de Segurança	JF-RO / TRE - ACT Multiplik	2	-	1.675,90
CONIP – Congresso Nacional de Inovação e Informação no Poder Judiciário	JF-RO / CONIP	1	1.222,05	864,00
Capacitação de Gestores: Desenvolvimento Gerencial	JF-RO / F Cordeiro Júnior	(5) ¹	-	5.994,00
Oficinas: Gestão por Competência e Avaliação de Resultados	CJF / JF-RO	1	1.181,95	616,38
Treinamento Sistema Oracle de Folha de Pagamento Pró-Social	CJF	1	1.352,65	1.296,00
Treinamento Sobre o Sistema Pergamun - Biblioteca	TRF	1	1.113,15	1.188,76
Agenda Positiva para a Justiça Federal	CJF / JF-RO	1		1.377,00
Direito Eleitoral – Justiça Eleitoral e Cidadania	TRE	1	203,22	756,76
I Jornada de Estudos Sobre Direito Processual Penal - ESMAF	ESMAF	1	1.162,65	965,00

Nota: Quantidade incluída no quadro anterior.

Houve, também, participações de servidores em eventos com vagas obtidas mediante parcerias, conforme segue:

Quadro 12 – Participações obtidas através de Parcerias		
Evento	Parceiro	Servidores Treinados
Palestra Orientativa Quanto à Segurança Orgânica	POLICIA FEDERAL	10
Curso de Execução Penal	ACT/TRE	30
Reunião dos Magistrados com Procuradores do IBAMA	JF-RO	3
Ciclo de Palestra em Fiscalização de Contratos e Serviços	BASE AÉREA - PVH	3
Oficinas: Gestão por Competência e avaliação de Resultados	CJF	1
Direito Eleitoral – Justiça Eleitoral e Cidadania	ACT/TRE	7
Treinamento de Implantação do Sistema de Controle de Execução Orçamentária e Financeira	TRF	2
Sistema Pergamun II	TRF	1
Elaboração de Projetos Básicos e Termos de Referência	ACT/TRE	5
Treinamento de Operador de Som	SESC	6
Treinamento sistema Oracle de Folhas de Pagamento Pro-Social	TRF	1
Encontros dos Profissionais de Informação da Justiça Federal	CJF	1

Outras ações de capacitação de pessoas foram efetivadas com instrutores internos, mas essas foram custeadas com recursos da ação Julgamento de Causas.

4224 – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

Em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal, a ação visou a proporcionar a tutela da prestação jurisdicional à população carente, possibilitando-lhes o direito constitucional de acesso à Justiça. A ação foi concretizada através do pagamento de honorários a defensores dativos, intérpretes, peritos e curadores especiais.

Em 2008 foram beneficiadas 366 pessoas, superando a meta em 3,39%, que era assistir 354 pessoas.

4257 – Julgamento de Causas na Justiça Federal

A dotação alocada na atividade foi utilizada com o objetivo de assegurar as condições necessárias à manutenção e ao funcionamento dos serviços desenvolvidos nas áreas administrativa e judiciária, garantido a continuidade da prestação jurisdicional.

Assim, foram aplicados recursos no pagamento da remuneração de magistrados e servidores ativos, das bolsas de estagiários e das locações de mão-de-obra terceirizada. Foram destinados, ainda, para cobrir despesas com ações nas áreas de informática e de transporte e para manutenção e conservação de imóveis. Enfim, todas as despesas com serviços administrativos em geral e aquisição de materiais de consumo e permanentes foram realizadas com recursos dessa ação, contribuindo para o aperfeiçoamento da atividade jurisdicional. A seguir as despesas são detalhadas por categoria.

Quadro 13: DESPESAS AÇÃO JULGAMENTO DE CAUSAS		
TIPO DE DESPESA	VALOR	%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.539.094,16	86,52%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.117.330,00	12,52%
INVESTIMENTOS	238.992,88	0,96%
TOTAL	24.895.417,34	100,00%

Os recursos alocados na Atividade Julgamento de Causas têm como produto o número de processos julgados. Em 2008, os órgãos jurisdicionais da Seção Judiciária de Rondônia julgaram 22.482 processos, 3,01% a mais que a meta prevista, que era julgar 21.824 processos. Considerando que a Seccional conta com 5 magistrados e 144 servidores, a quantidade de processos julgados foi bastante elevada. Certamente isso é consequência positiva das condições oferecidas aos magistrados e da valorização do corpo funcional, bem como do compromisso desses e daqueles com a missão institucional do órgão.

A.2 PROJETOS DO PROGRAMA 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

No que tange aos projetos previstos no Programa Prestação Jurisdicional, verificou-se a seguinte execução orçamentária e financeira:

AÇÃO: PROJETO	DOTAÇÃO AUTORIZADA		EXECUÇÃO	
	Orçamentária	Física	Financeira	Física
1136 – Modernização de Instalações da Justiça Federal				
Produto: Instalação modernizada (% de execução física)		2		1
UO 12101	110.892,39		110.525,70	
			91.271,09 ²	
TOTAL	110.892,39	2	201.796,79	1

Observação: 1. Restos a Pagar pagos em 2008.

Segue o quadro Demonstrativo dos Programas e Ações que tiveram valores inscritos em Restos a Pagar não processados, com os valores inscritos e suas respectivas metas físicas.

Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS EM 2008

AÇÃO: PROJETO/ATIVIDADE	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	Valor Inscrito	Meta Física
1136 – Modernização de Instalações da Justiça Federal	81.808,90	-
TOTAL	81.808,90	-

As principais realizações ocorridas no projeto existente no Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal foram executadas conforme descrição a seguir:

1136 – Modernização de Instalações da Justiça Federal

Na execução de Restos a Pagar deu-se o cancelamento total dos contratos que visavam a elaboração de projetos básicos para reforma do auditório, de 22 banheiros e da recepção da sede da Seccional. Por outro lado, foi concluída a reforma parcial do imóvel funcional localizado na

Rua Itália, nº 2.218, Ipase Novo, em Porto Velho-RO. No edifício sede da Subseção Judiciária de Ji-Paraná foram concluídas a instalação de um transformador de energia, a construção de fossa séptica e a reforma do telhado.

Com créditos do orçamento de 2008 (R\$ 31.220,70), foram adquiridos 560 m² de piso porcelanato polido e retificado, e material para assentamento, visando a substituição, no edifício-sede da Seccional, dos carpetes de 8 salas de audiências, 6 gabinetes de juízes e 2 corredores de acesso aos gabinetes e às salas de audiências. Os carpetes já apresentam aspecto desbotado, dificuldades para limpeza e riscos para a saúde, pois já contam com 12 anos de uso. O piso eliminará esses problemas, principalmente numa região úmida como a Amazônia.

A outra parte dos créditos (R\$ 79.305,00) foi utilizada na contratação de empresa para revestir o arco de concreto da fachada principal do edifício-sede com placas de alumínio. Como o referido arco sofreu reforma para tratar rachaduras e pequenas fissuras, necessita de um tratamento com selante para as juntas de dilatação, que não permite bom acabamento estético. Então o revestimento com painéis de alumínio proporcionará ao arco melhor aspecto visual e maior proteção contra os efeitos das intempéries, facilitando a limpeza e reduzindo despesas com manutenção e pintura.

A.3 OPERAÇÕES ESPECIAL DO PROGRAMA 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

A.3.1 Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos

AÇÃO: OPERAÇÃO ESPECIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA		EXECUÇÃO	
	Orçamentária	Física	Financeira	Física
09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos				
UO 12101	3.770.248,70	-	3.731.575,16	-
TOTAL	3.770.248,70	-	3.731.575,16	-

Fonte: Siafi Gerencial

RESULTADOS DA EXECUÇÃO DA OPERAÇÃO ESPECIAL

09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

A aplicação dos recursos assegurou o pagamento da contribuição patronal incidente sobre a folha de pagamento dos servidores ativos – recolhida ao Plano de Seguridade Social do Servidor Público - PSSS –, para custeio do regime de previdência dos servidores públicos da Justiça Federal da Primeira Região, na forma do art. 8º da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004.

B - PROGRAMA: 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União**B.1 OPERAÇÕES ESPECIAIS DO PROGRAMA 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União**

R\$1,00

AÇÃO: OPERAÇÕES ESPECIAIS	Dotação Autorizada		Execução	
	Orçamentária	Física	Financeira	Física
0396 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões				
Meta: Pessoa Beneficiada (unidade)		13		13
UO 12101	2.526.349,29		2.526.333,32	
TOTAL	2.526.349,29	13	2.526.333,32	13

Fonte: Siafi Gerencial

RESULTADOS DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERAÇÕES ESPECIAIS**0396 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões**

A aplicação dos recursos assegurou a manutenção sócioeconômica a que legalmente fazem jus os servidores e magistrados inativos, bem como os pensionistas civis.

V. CONCLUSÃO

O presente Relatório de Prestação de Contas contém a análise circunstanciada das atividades institucionais desenvolvidas no exercício de 2008, no âmbito da Seção Judiciária de Rondônia.

Merece destaque o início do funcionamento do Juizado Especial Federal Adjunto à Vara Federal de Ji-Paraná, facilitando o acesso à Justiça das pessoas que residem no interior do Estado de Rondônia. Porém, considerando o tamanho da jurisdição da Subseção Judiciária de Ji-Paraná, o ideal seria o Juizado ter sua própria estrutura.

Em 2008, a Seção Judiciária de Rondônia foi contemplada com crédito orçamentário da ordem de R\$ 33.113.989,28, do qual foi empenhado R\$ 33.072.891,62, atingindo o excelente percentual de 99,88% de execução da dotação recebida. Todos os recursos foram aplicados com o propósito de proporcionar condições de trabalho aos magistrados, servidores e demais pessoas que atuam na Justiça Federal em Rondônia. Como conseqüência, foram julgados 22.482 processos, com a excelente média de 4.496 processos julgados por juiz.

De outro lado, a Seção Judiciária de Rondônia procurou seguir as diretrizes e participar das iniciativas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e de outros órgãos superiores, sempre visando uma prestação jurisdicional célere e eficaz e o oferecimento de serviços de boa qualidade à sociedade rondoniense.

Portanto, conclui-se que a Seção Judiciária de Rondônia e o Tribunal Regional Federal da 1ª Região utilizaram os recursos públicos no desenvolvimento de ações que contribuíram para o aprimoramento dos serviços prestados aos jurisdicionados da Primeira Região, consoante os objetivos e metas estabelecidos no Plano Plurianual, as prioridades definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e os créditos contemplados na Lei Orçamentária Anual, observando, ainda, os limites e parâmetros definidos para a execução da despesa pública na Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Porto Velho-RO, 6 de fevereiro de 2009.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
Juíza Federal Diretora do Foro

MARCELINO BATISTA
Supervisor da Seção de Controle Interno

**DEMONSTRATIVO DA FORÇA DE TRABALHO DA JUSTIÇA FEDERAL DE
1º E 2º GRAUS DA 1ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA**

ATIVOS

SITUAÇÃO FUNCIONAL	TRF	JF 1º Grau	TOTAL
	2008	2008	-
Servidores Ativos (+)		140	
Servidores Cedidos (-)		-	
Servidores em Licença sem Vencimentos (-)		1	
Servidores Requisitados (+)		6	
Servidores no Órgão em Lotação Provisória (+)		3	
Ocupantes do Órgão em Lotação Provisória (-)		4	
Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vínculo (+)		-	
Magistrados Ativos (+)		6	
Magistrados Convocados (+)*		-	
Magistrados Cedidos (-)*		-	
TOTAL		150	

Obs.: 1) Os Magistrados Convocados (+) são aqueles convocados pelo TRF para prestar-lhe auxílio. Já os Magistrados Cedidos (-) são aqueles Magistrados da JF de 1º Grau que foram convocados para serem Juízes Auxiliares no TRF; 2) Os dados que irão compor o Demonstrativo da Força de Trabalho deverão ser de 31 de dezembro de 2008.

INATIVOS E PENSIONISTAS

SITUAÇÃO FUNCIONAL	TRF	JF 1º Grau	TOTAL
	2008	2008	-
Magistrados Inativos (+)		-	
Servidores Inativos (+)		11	
Pensões Previdenciárias (+)		3	
TOTAL		14	